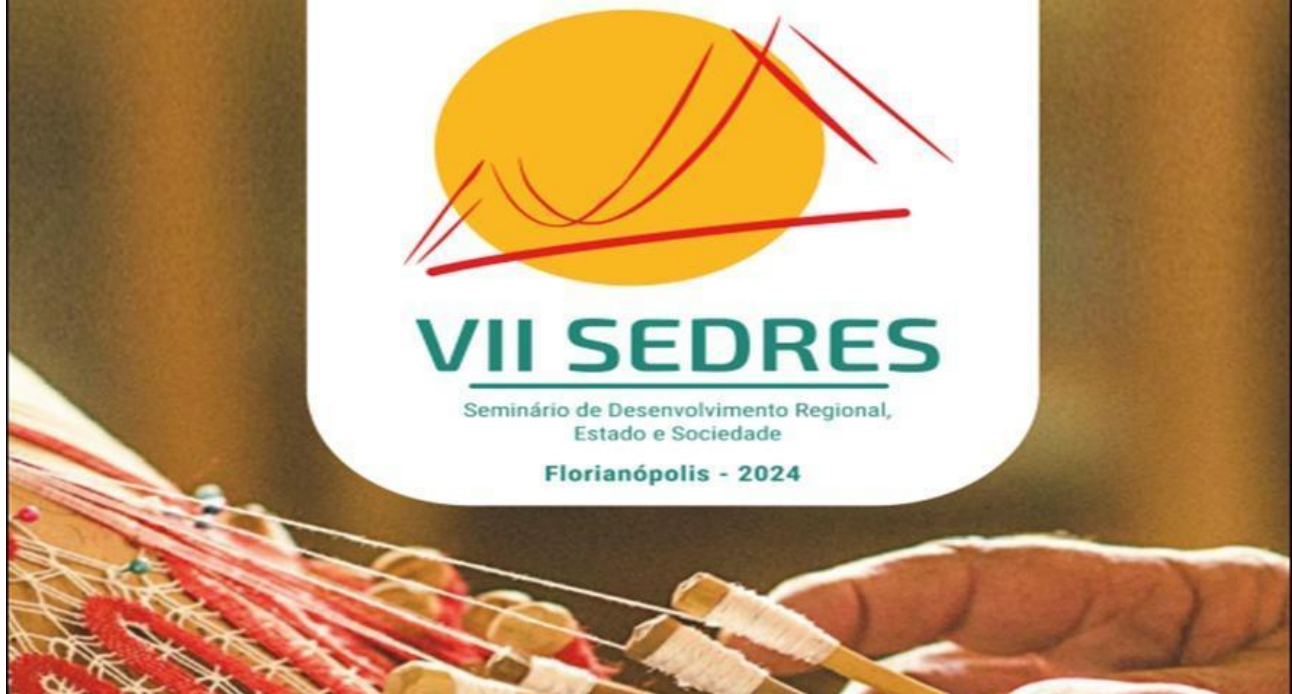




MULHERES NA BUROCRACIA ESTATAL: UMA BREVE REVISÃO SOBRE REPRESENTATIVIDADE NO SETOR PÚBLICO

Estado, políticas públicas e desenvolvimento regional

RESUMO

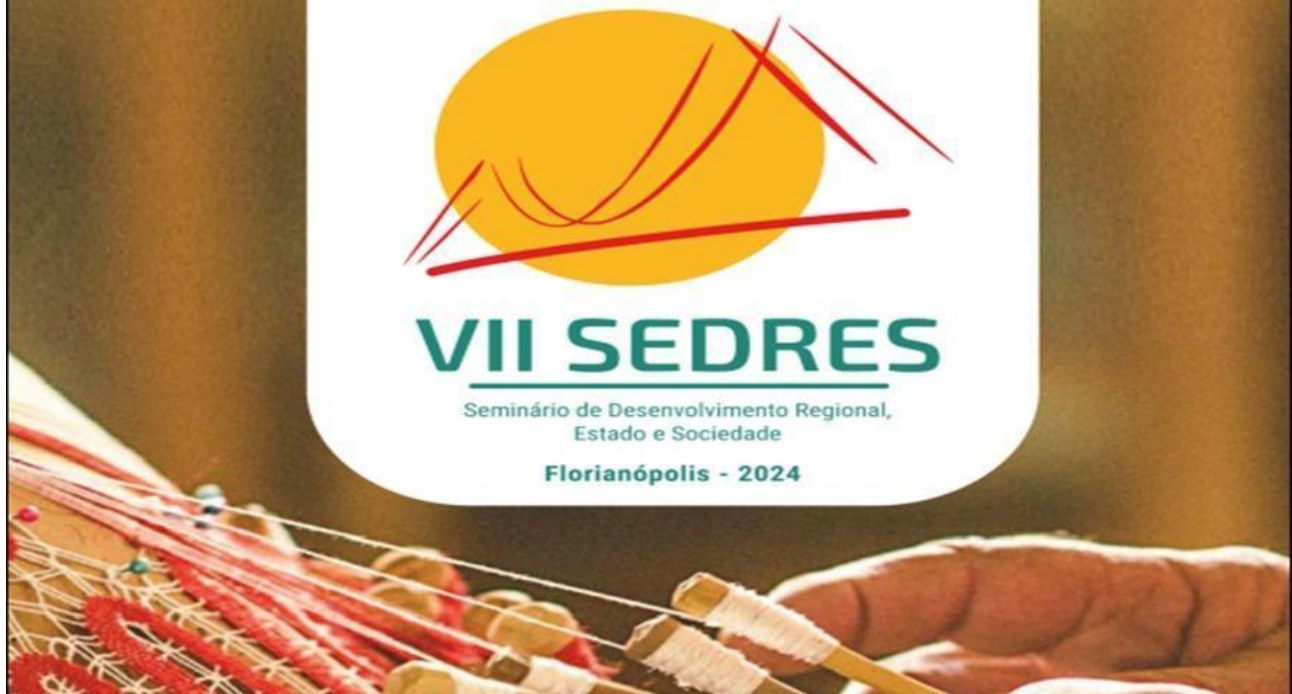
Como as mulheres na burocracia estatal impactam a gestão pública? Este artigo realiza uma revisão da literatura com base nesta questão, considerando que a burocracia estatal representa o elemento administrativo do Estado e cumpre um papel executivo e político, influenciando a condução da agenda política e a formulação e implementação de políticas. A teoria da burocracia representativa aponta que uma burocracia diversa produzirá políticas que atendam uma sociedade diversa e classifica a representação em passiva e ativa. A primeira diz respeito às características sociais da burocracia e torna-se ativa quando esta advoga a favor de seu grupo social. Como estratégia metodológica, realizamos uma revisão sistemática breve. Os resultados apontam sub-representação, segregação em cargos de menor importância e salários menores. No entanto, há evidências de que mulheres na burocracia estatal podem contribuir para melhorar a gestão pública, e tomar decisões caracterizadas como representação ativa.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Realizamos uma revisão sistemática, centrada nas fases de busca e seleção, com buscas nas bases *Scielo index web* e *Web of Science*. A string contemplou os termos em inglês: burocracia pública, burocracia estatal, burocracia do estado, burocracia representativa, gênero, mulher, que foram vinculados com operadores booleanos, conforme transcrito a seguir:

((("public bureauc*" OR "state bureauc*" OR "bureaucracy of stat*" OR "state's bureauc*") AND ("representative bureauc*") AND (gende* OR wom?n)))

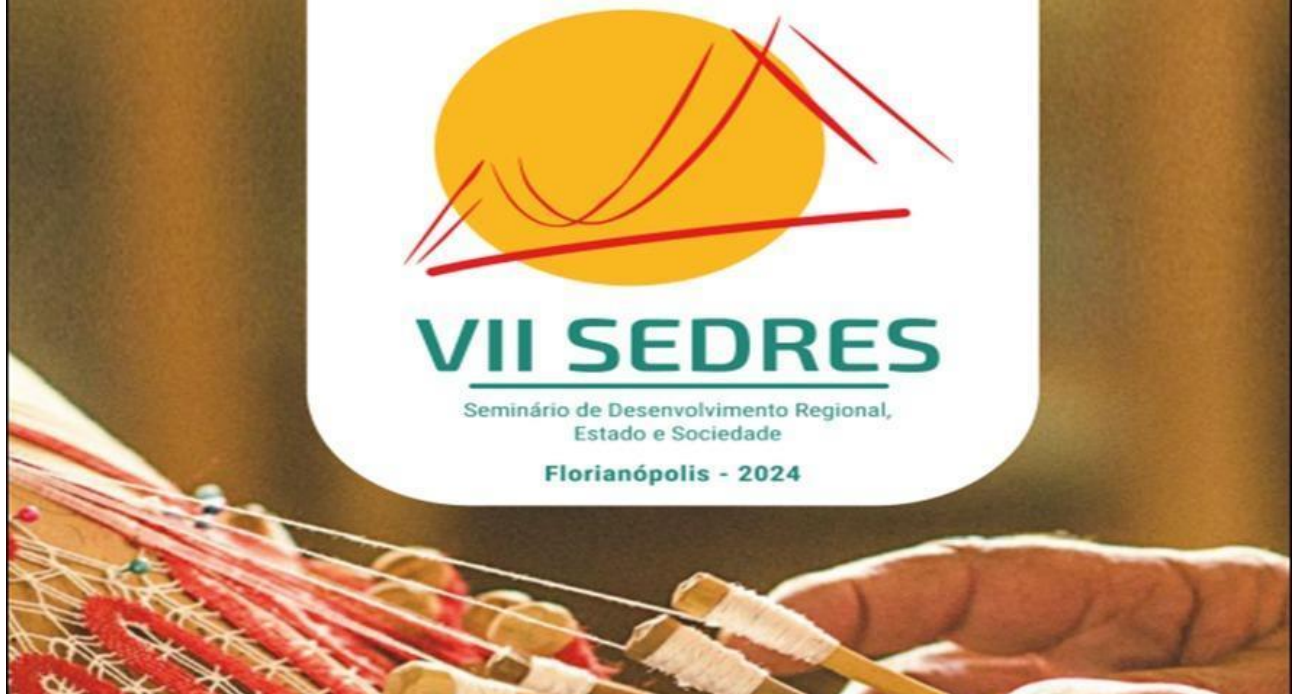
A busca resultou em 25 artigos na *Web of Science* e não obteve resultados na *Scielo index web*. Limitamos o número de artigos a serem revisados de acordo com o parâmetro *H index* (15 textos) (Kauchakje e Rosa, 2020). Para a seleção dos artigos, ordenamos a lista de resultados por ordem decrescente de citações, porém, para contemplar, também, estudos



mais recentes, portanto, verificamos os textos da lista com data mais recente de publicação. Os resumos dos artigos foram lidos a fim de avaliar a sua aderência ao tema de pesquisa. Assim, foram selecionados 15 artigos aderentes da lista, sendo 12 mais citados e 3 mais recentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um grupo de estudos sobre a temática tem como foco a sub-representação, a discriminação nas oportunidades de carreira e na remuneração das mulheres em órgãos públicos. Estes são os pontos tratados por Reid et al (2004) que analisaram cargos administrativos e profissionais de alto nível nos Estados Unidos, e apontaram sub-representação e remuneração inferior. Sneed (2007), ao estudar os diferentes órgãos públicos do Estado de Michigan (EUA), encontrou segregação de postos e oportunidades por gênero e remuneração inferior em ocupações dominadas por mulheres. Rabovsky e Lee (2018) estudaram a diferença salarial em universidades públicas e privadas nos EUA e confirmaram a diferença salarial de gênero, maior em universidades privadas. Por sua vez, Hunt et al (2020a) observaram disparidades salariais nos cargos de gestão em todos os tipos de agências estatais nos EUA. Hunt et al (2020b) estudaram as burocracias nos EUA de 1875 a 2015 e encontraram maior segregação de gênero em cargos decisórios. Outro grupo de estudos buscou investigar as implicações ou efeitos da representatividade de gênero em órgãos públicos. Riccucci e Ryzin (2017) examinaram publicações sobre a burocracia representativa e apontaram que a diversidade da força de trabalho pode influenciar a capacidade do órgão em cumprir sua missão. Park (2012) encontrou evidências no aumento de mulheres no poder executivo da Coreia do Sul e um melhor desempenho do governo. Song (2018) realizou estudo sobre representatividade em escolas de ensino médio da Coreia do Sul e encontrou resultados que sugerem o melhor desempenho de alunas quando ensinadas por professoras. Araújo e Tejedo-Romero (2018) ao estudarem a representação política feminina na Espanha reforçaram a discussão sobre representação de mulheres na vida política local e apontaram o aumento da transparência e redução da assimetria de informação com maior presença de mulheres. Neste conjunto de textos, destacam-se os estudos sobre representação passiva e ativa, tais como a pesquisa de Yu (2021) que comparou agentes do sexo feminino que trabalham nos Escritório do Inspetor Geral (OIG) e em todas as outras agências federais nos EUA, e sugere que as agentes femininas que trabalham no OIG enfrentam menos barreiras profissionais e contam com maior adoção de políticas favoráveis à família. Zhang (2019) mostrou resultados empíricos sobre a ideia que as mulheres burocratas podem traduzir a



representação passiva em representação ativa no setor educacional da China e que a presença de professoras aumenta as notas das estudantes em matemática. Por outro lado, Johnston e Houston (2018) identificaram pouca evidência de representação ativa de líderes mulheres na polícia do Reino Unido. Do mesmo modo, Neumann (2017), não encontrou relação positiva entre o aumento de mulheres na burocracia e o tratamento da maioria das mulheres pela polícia ou pelos procuradores. Neste sentido, para se obter resultados consistentes, Caceres-Rodriguez (2011) propôs reinserir gênero nas pesquisas sobre as instituições públicas. Essa proposta é reforçada por Mastracci e Bowman (2015). Nosso artigo tem a intenção de contribuir no acúmulo de conhecimento sobre a temática.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

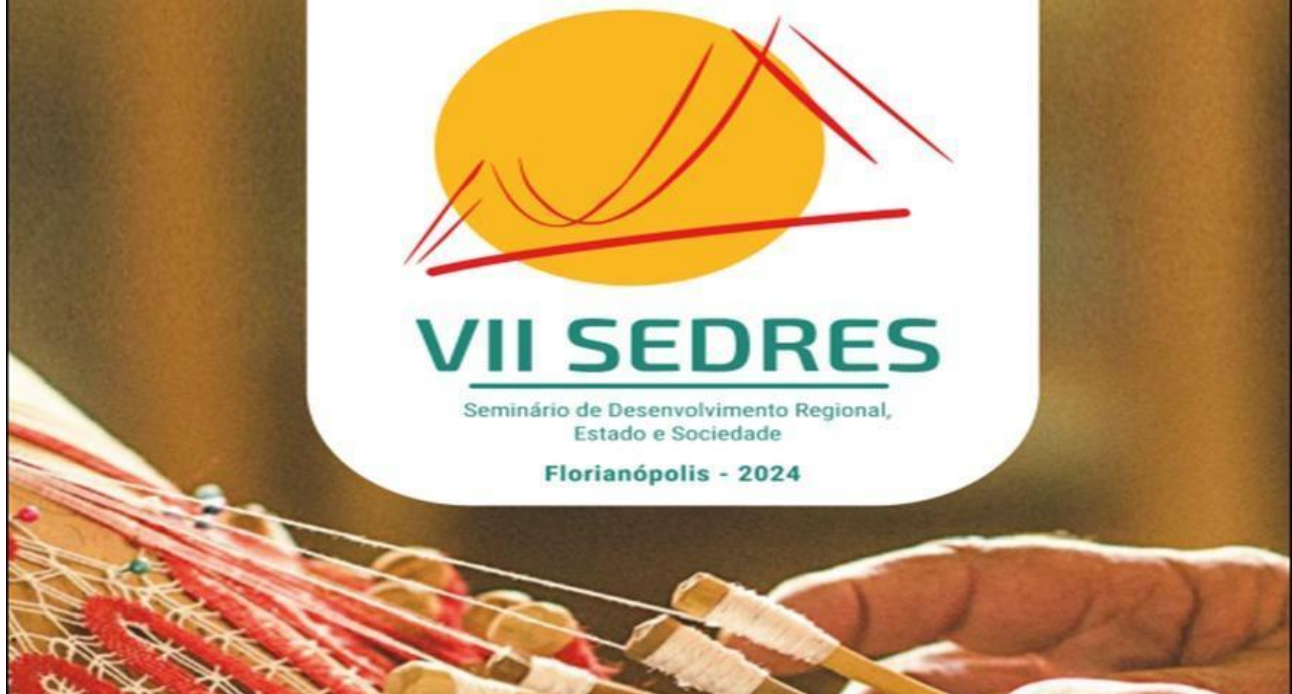
O território brasileiro apresenta desigualdades regionais historicamente persistentes e seu enfrentamento exige ações consistentes do Estado, que passam por sua burocracia. As mulheres representam metade da população, o que não se reflete na burocracia estatal. Desta forma, estudos de gênero nos órgãos públicos evidenciam conexão direta com o processo de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento regional visto que os resultados desta breve revisão apontam evidências de que a presença de mulheres na burocracia estatal pode contribuir para a melhora da gestão pública.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. F. F. E. TEJEDO-ROMERO, F. Does Gender Equality Affect Municipal Transparency: The Case of Spain. **Public Performance and Management Review**, n. 1, vol. 41, p. 69-99, 2018.

CACERES-RODRIGUEZ, R. The Glass Ceiling Revisited: Moving Beyond Discrimination in the Study of Gender in Public Organizations. **Administration & Society**, n 6, vol 45, p. 674-709, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.



HUNT, J. RUCKER, L. KERR, B. Reconsidering Sex-Based Occupational Segregation and Agency Missions: An Analysis of U.S. State Bureaucracies (1987-2015) Using Two Different Thresholds. **Administration and Society**, n. 3, vol. 52, p. 431-465, 2020.

HUNT, J. RUCKER, L. KERR, B. You've Come a Long Way, Baby, but You Still Have a Long Way to Go: Gender-Based Pay Inequality in U.S. State Bureaucracies, 1995-2015. **Public Personnel Management**, n. 4, vol. 49, p. 571-589, 2020.

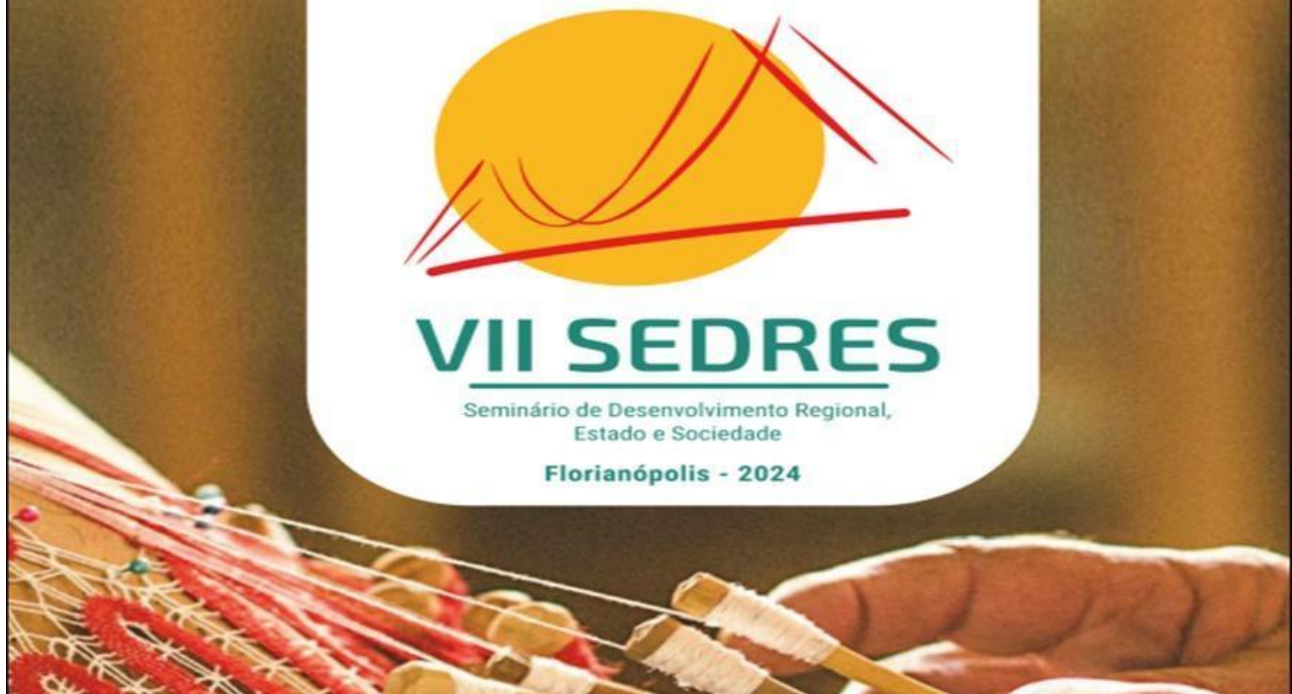
JOHNSTON, K. HOUSTON, J. Representative bureaucracy: does female police leadership affect gender-based violence arrests? **International Review of Administrative Sciences**, n. 1, vol. 84, p. 3-20, 2018.

KAUCHAKJE, S. ROSA, M. A. **Produção do Conhecimento**: a prática da revisão sistemática da literatura. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2020.

MASTRACCI, S. BOWMAN, L. Public Agencies, Gendered Organizations: The future of gender studies in public management. **Public Management Review**, n. 6, vol. 17, p. 857-875, 2015.

NEUMANN, P. When laws are not enough: Violence against women and bureaucratic practice in nicaragua. **Social Forces**, n. 3, vol. 95, 1105-1125, março 2017.

PARK, S. Does Gender Matter? The Effect of Gender Representation of Public Bureaucracy on Governmental Performance. **American Review of Public Administration**, n. 2, vol. 43, p. 221-242, 2012.



RABOVSKY, T. LEE, H. Exploring the Antecedents of the Gender Pay Gap in U.S. Higher Education. **Public Administration Review**, n. 3, vol. 78, maio/junho 2018.

REID, M. MILLER, W. KERR, B. Sex-based glass ceilings in U.S. state-level bureaucracies, 1987-1997. **Administration and Society**, n. 4, vol. 36, p. 377-405, setembro 2004.

RICCUCCI, N. M. RYZIN, G. G. V. Representative Bureaucracy: A Lever to Enhance Social Equity, Coproduction, and Democracy. **Public Administration Review**, n. 1, vol. 77, p. 21-30, janeiro-fevereiro 2017.

SNEED, B. G. Glass walls in state bureaucracies: examining the difference departmental function can make. **Public Administration Review**, n. 5, vol. 67, p. 880-891, setembro/outubro, 2007.

SONG, M. Gender Representation and Student Performance: Representative Bureaucracy Goes to Korea. **American Review of Public Administration**, n. 4, vol. 48, p. 346-358, 2018.

YU, H. Does Agency Type Matter for Female Federal Agents? Exploring the Offices of Inspectors General. **Public Personnel Management**, n. 1, vol. 50, p. 3-24, 2021.

ZHANG, Y. Representative Bureaucracy, Gender Congruence, and Student Performance in China. **International Public Management Journal**, n. 2, vol. 22, p. 321-342, 2019.